

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
CURSO DE EXTENSÃO EM BIOÉTICA

A VIDA

Vida é a capacidade de ação imanente (ou *movimento imanente*, segundo definição clássica). Os entes vivos, ao contrário dos brutos, são causa e fim da própria ação. Suas operações (nutrição, crescimento, reprodução, locomoção, sensação, inteligência, volição) tendem a aperfeiçoar o próprio sujeito. É próprio dos entes vivos:

1. *A individualidade*: O ente vivo é um indivíduo, ou seja, é “indiviso em si e dividido dos outros” (*indivisum in se, et a quodlibet alio ente divisum*). É “indiviso em si” porque tem uma unidade intrínseca. Suas partes estão coordenadas entre si, de modo que ele não pode ser dividido sem perecer. É “dividido dos outros” porque se conserva separado do meio ambiente, com o qual interage, trocando matéria e energia.

2. *O autocontrole*: O ente vivo controla a si mesmo e tende manter-se estável diante das mudanças do ambiente. Essa tendência à estabilidade (por exemplo, a manutenção de uma mesma temperatura do organismo, qualquer que seja a temperatura externa) é chamada *homeostase*.

3. *A excitabilidade*: O ente vivo reage aos estímulos do ambiente. Esses estímulos podem ser de diversas naturezas e origens: choques mecânicos, calor, luz, som, eletricidade, concentração de substâncias químicas...

4. *A tendência evolutiva*: Enquanto os entes brutos tendem a se corromper com o tempo, os entes vivos tendem a evoluir, mediante a nutrição e o crescimento. Desenvolvem-se sem perder a própria identidade. O zigoto, o embrião, o feto, o recém-nascido, o adolescente, o adulto são um único e idêntico sujeito humano em diferentes graus de perfeição.

5. *A auto-reprodutividade*: O ente vivo tem a capacidade de produzir outro ente vivo da mesma espécie.

6. *A hereditariedade de caracteres*: Os entes vivos transmitem as informações dos caracteres a seus descendentes. Tais informações estão codificadas em unidades denominadas genes, contidas em filamentos do ácido desoxirribonucleico (DNA).

7. *Metabolismo*. É o conjunto de reações químicas e físicas que ocorrem no interior do organismo e sob o seu controle. Divide-se em *anabolismo* e *catabolismo*. Anabolismo é a síntese de substâncias próprias e específicas para o organismo crescer, manter-se ou regenerar-se. É a fase construtiva do metabolismo. O catabolismo, ao contrário, é a decomposição e eliminação das substâncias incorporadas. É a fase destrutiva do metabolismo.

8. *Mortalidade*. Os entes vivos, e somente eles, são capazes de morrer. A morte é a cessação do metabolismo, a perda do autocontrole e da individualidade. Após a morte, a matéria que compunha o ente vivo tende a decompor-se em matéria inorgânica.

A alma é o princípio de vida. “No vivente as trocas e os processos bioquímicos são tomados, informados e guiados por um novo princípio unificador, pelo qual *o todo regula e determina as partes e as suas funções*. O vivente, portanto, tem a sua *unidade substancial* e específica. O organismo vivo pode ser considerado um enorme laboratório químico em miniatura no qual acontecem inúmeras reações até muito complexas, tendentes a um mesmo fim: a manutenção do indivíduo. Esse princípio unificador é a *alma* do ser vivo” (SGRECCIA, Elio. *Manual de Bioética*; I – Fundamentos e Ética Biomédica, São Paulo: Loyola, 1996. p. 94).

Há três níveis de vida, correspondentes a três níveis de almas:

1. *Vida vegetativa*: cuja atividade restringe-se à *nutrição*, ao *crescimento* e à *reprodução*. É própria dos vegetais.

2. *Vida sensitiva*: que acrescenta a *sensibilidade* e a *locomoção* às atividades vegetativas. É própria dos animais.

3. *Vida intelectual*: que acrescenta a *inteligência* e a *vontade* às atividades vegetativas e sensitivas. É exclusiva da espécie humana. A alma intelectual ou racional é *intrinsecamente independente da matéria* e, por isso, tem natureza *espiritual*. Sobrevive à dissolução do organismo e é *imortal*.

No homem, o exercício da *inteligência* e da *vontade* requer a presença de uma alma de natureza espiritual, uma vez que tais operações ultrapassam o nível da matéria. Pela *inteligência* (*intus legere* = ler dentro), o homem formula conceitos universais a partir de dados singulares trazidos pelos sentidos. Ao ver João, Pedro e José, ele entende “homem”. Ao ver um carvalho, um pinheiro e um eucalipto, ele entende “árvore”. Ao ver o azul, o verde e o amarelo, ele entende “cor”. É fácil demonstrar que a chamada “*inteligência artificial*” não existe. De que meio dispõe um programador para fazer com que um computador reconheça que determinada palavra de um texto é um adjetivo? O único meio é fornecer à máquina uma lista de adjetivos: bonito, alto, agradável, grande, rápido, malvado, feroz... Se o computador for devidamente programado, ele pode identificar em um texto a aparição de um adjetivo contido na lista que recebeu. E se o texto contiver um adjetivo que não está na lista? Nesse caso, o computador não o reconhece. Por quê? Simplesmente porque ele é incapaz de formular um *conceito universal* de adjetivo. Não *entende* o que é um adjetivo. Não é capaz de penetrar na *essência* dos dados com os quais opera.

Há pessoas que não conseguem entender isso. Na frase anterior, quando você leu “pessoas” o que entendeu? Uma pessoa grande ou pequena? Um homem ou uma mulher? Um adulto ou uma criança? Se você pensou em “pessoa” no sentido geral, então você *entendeu* o que é pessoa, captou sua essência. Isso uma máquina é incapaz de fazer, assim como os irracionais. É um privilégio da espécie humana.

A respeito do tema, eis a lição de Dom Estêvão Bettencourt, OSB:

[...] depois de ver diversos objetos belos (uma flor, uma paisagem, um animal, uma escultura...), a inteligência humana se emancipa dos elementos extrínsecos e concretos que apreende, e formula a definição da beleza. A partir da percepção de situações justas e injustas, formula as noções universais de justiça e injustiça.

A Psicologia Experimental, por sua vez, corrobora estas afirmações mediante a seguinte experiência:

Disponha-se uma série de vasilhas fechadas, na primeira das quais se coloca o alimento de um macaco. O animal, posto diante de tal série, não sabe onde encontrar a sua ração; o operador então abre a primeira vasilha e lhe mostra o seu alimento.

Repita-se a experiência, encerrando na segunda vasilha o alimento, e não na primeira. O animal, recolocado diante da série, é guiado pela memória sensitiva e, recordando-se do ocorrido no dia anterior, vai à primeira vasilha. O operador então o coloca diante do segundo recipiente, do qual o animal se serve.

Num terceiro ensaio, coloque-se o alimento fechado no terceiro recipiente: guiado pelas impressões sensíveis do ensaio anterior, o macaco se dirige para o segundo vaso... Caso se multipliquem as experiências, verifica-se que o animal procura de cada vez o recipiente em que no ensaio anterior encontrou o que lhe interessava. Nunca chega a abstrair dessas diversas experiências a lei da progressão que as rege. Nunca se desvencilha das notas concretas da vasilha em que, por último, encontrou a sua ração,

deduzindo que não é o fato de ser a segunda, a terceira ou a quarta vasilha que interessa, mas o fato de ser a vasilha $n + 1$ (formula em que n designa o número da experiência anterior). Ora uma criança sujeita a tal teste, depois de quatro ou cinco experiências, consegue abstrair a lei $n + 1$ do fenômeno.

Destes ensaios se conclui que o animal, por mais semelhante que seja ao homem, jamais se desembaraça da percepção do concreto, material; ele percebe o primeiro, o segundo, o terceiro objetos... postos à sua frente, mas é incapaz de perceber a proporção que há entre esses objetos¹.

Por ser inteligente, o homem não apenas conhece um objeto, mas *conhece que conhece*, ou seja, conhece o próprio conhecimento. A ciência humana não é apenas ciência, mas *consciência*. O homem penetra seu próprio ato de conhecer e conhece a si mesmo, enquanto sujeito que conhece. A consciência ou conhecimento de si, ou seja, a existência de um “eu” extrapola os limites da matéria.

Finalmente, o homem tem a capacidade de querer o objeto conhecido pela inteligência. Esse *apetite intelectual* é chamado *vontade*. A vontade humana é livre para escolher um entre os diversos bens que são postos à sua presença. A liberdade e a autodeterminação fazem com que o homem seja pai dos seus atos, que são chamados *atos humanos*, objeto de estudo da Ética.

A presença de uma alma espiritual, irredutível à matéria, dá ao homem uma *dignidade* especial. Ele transcende a todos os entes criados: minerais, vegetais e animais irracionais. Tem um corpo, mas é mais do que um corpo. Está sujeito à morte, mas sua alma subsiste após a desintegração da matéria.

A alma racional só depende da matéria *extrinsecamente*. Para abstrair a essência dos entes materiais, o intelecto precisa de uma representação concreta (*fantasma* ou *imagem*), que é apresentada pela *imaginação*, um dos sentidos internos contidos no cérebro. O fantasma está para o intelecto como a cor está para a vista, ou seja, como simples *objeto*. Em um ambiente escuro, a vista continua a existir, mas não pode operar, por falta da cor, que é seu objeto. Do mesmo modo, sem o fantasma produzido pelos sentidos, o intelecto continuaria a existir, mas não poderia operar por causa da falta de seu objeto. A inteligência, porém, *em si mesma*, é uma operação que não se serve de nenhum órgão. É *intrinsecamente independente da matéria*.

Do fato de a alma humana ser intrinsecamente independente da matéria, resultam duas conclusões. Primeiro: se ela não pode originar-se da matéria, então ela é *criada direta e individualmente por Deus*. Segundo: ela subsiste após a dissolução da matéria, ou seja, ela é *imortal*. A imortalidade da alma e sua criação direta por Deus são conclusões meramente filosóficas, portanto ao alcance da pura razão, mas que coincidem com os dados da Teologia.

Fundamentos bíblicos sobre a origem da vida

Gn 1,11: “*Que a terra verdeje de verdura: ervas que deem semente e árvores frutíferas que deem sobre a terra, segundo sua espécie, frutos contendo sua semente’ e assim se fez.*”

Note-se que a vida é criada depois da criação dos entes brutos (o firmamento, a terra, o mar...). A primeira vida é a puramente vegetativa. Tais entes vivos têm origem em uma semente e são capazes, por sua vez, de produzir sementes. Está assim completo o ciclo de reprodução.

¹ BETTENCOURT, Estêvão Tavares. *Curso de Filosofia por correspondência*. Rio de Janeiro: Escola Mater Ecclesiae, s/d. Módulo 19, Lição 2, p. 88.

Após a vida vegetativa, tem lugar a vida sensitiva, própria dos animais.

Gn 1,20: “*Fervilhem as águas um fervilhar de seres vivos e que as aves voem acima da terra, sob o firmamento do céu’ e assim se fez*”.

Gn 1,24: “*Deus disse: ‘Que a terra produza seres vivos segundo sua espécie: animais domésticos, répteis e feras segundo sua espécie’ e assim se fez*”.

Mas o cume da criação será a criação da vida humana, que é intelectiva:

Gn 1, 26: “*Façamos o homem como nossa imagem, como nossa semelhança*”.

O homem é semelhante a Deus por ser composto, não apenas de um corpo, mas de uma alma espiritual, dotada de inteligência e vontade, à semelhança de Deus, que é um puro espírito. A semelhança ainda aumenta quando Deus decide elevar o homem à participação da natureza divina, por um dom sobrenatural chamado **graça**.

O plural “façamos” indica a vocação do homem a imitar a Santíssima Trindade: a ser uma comunidade. O homem será criado, mas não sozinho: “Não é bom que o homem esteja só” (Gn 2,18).

Gn 1,27: “*Deus criou o homem a sua imagem, à imagem de Deus ele o criou, homem e mulher ele os criou*”.

Esta comunidade, que é a comunidade conjugal, é abençoada por Deus com a missão **de transmitir a vida!**

Gn 1,28: “*Deus os abençoou e lhes disse: sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a; dominai sobre os peixes do mar, as aves do céu e todos os animais que rastejam sobre a terra*”.

Deus quis que a transmissão da vida humana se desse mediante a união de dois corpos complementares:

Gn 2,24: “*Por isso o homem deixa seu pai e sua mãe, se une à sua mulher, e eles se tornam uma só carne*”.

O sexo se caracteriza pela:

a) *Dualidade*: só há dois sexos. Existem seres vivos assexuados (sem sexo), mas não há uma espécie em que exista um único sexo.

b) *Complementaridade*: o macho e a fêmea complementam-se física e psicologicamente.

c) *Fecundidade*: da união entre os dois sexos é gerado um novo indivíduo da mesma espécie.

Todas essas três propriedades faltam nos atos de homossexualismo, que não passam de uma grosseira caricatura do ato conjugal, tal como foi querido por Deus e inscrito na natureza.

Em resumo:

1) A vida humana foi criada num ato de amor de Deus.

Deus deseja que ela seja transmitida num ato de amor: o ato conjugal ou ato sexual.

2) A vida humana é sagrada e inviolável (“Não matarás” – Ex 20,13)

Logo, o ato conjugal em que a vida é gerada também é sagrado.

O ato sexual é tão sagrado quanto a vida por ele gerada.

O respeito à vida começa com a virtude da castidade, que regula o instinto de procriação.

3) O matrimônio é uma união perpétua pela qual homem e mulher doam mutuamente seus corpos para:

a) completarem-se mutuamente: “eles se tornam uma só carne” (*significado unitivo* do ato conjugal).

b) gerarem novas vidas humanas: “sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra” (*significado procriador* do ato conjugal).

4) É antinatural (e, portanto, pecaminoso) privar o ato sexual de sua abertura à vida. Tal pecado chama-se **anticoncepção**.

5) A missão dos esposos e pais não é somente transmitir a vida natural aos filhos, mas também oferecer-lhes a vida sobrenatural – a graça – através do Batismo e da formação religiosa. A graça vale mais do que a vida natural, por ser a vida de Deus em nós.

“A tua graça vale mais do que a vida” (Sl 62,4).

Homem e mulher: “dois modos diferentes de encarnar a humanidade”².

O que define cada um dos sexos é sua função procriadora:

Em definitivo, ser mulher é a maternidade e ser homem é a paternidade. Ora, isto deve ser entendido em um sentido antropológico. É, portanto, independente do fato de terem sido mãe ou pai biológicos.

E o que é a maternidade ou – o que dá no mesmo – o que é a mulher? A maternidade é a qualidade inata pela qual as mulheres sempre acolhem outros seres humanos – especialmente os entes queridos. E isto implica duas coisas: 1º) que elas estão sempre presentes – transcendendo até a distância física da separação; e 2º) que essa presença significa incondicionalidade absoluta em relação ao outro – em especial ao filho.

[...]

E o que é a paternidade ou – o que é equivalente – o que é o homem? A paternidade é a missão masculina que consiste em encarnar a autoridade. Para isso deve dar – sempre e sem exceções - o bom exemplo, fazendo o que deve ser feito em cada situação, ainda que isso signifique, muitas vezes, sofrer um prejuízo ou padecer uma injustiça³.

A mulher tem uma capacidade inata de dar atenção, o que a torna mais predisposta a dar aulas a crianças pequenas. Esse dom inato permite que várias mulheres falem simultaneamente, prestem atenção e respondam a cada uma das interlocutoras. Um homem submetido a essa “pressão” em pouco tempo começa com enxaqueca.

O homem tem maior capacidade de concentração, o que torna para ele muitas vezes mais fácil a demonstração de um difícil teorema matemático⁴.

² Jorge SCALA. *Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família*, 2. ed. São Paulo: Katechesis, 2015, p. 127.

³ Jorge SCALA. *Ideologia de gênero*, p. 138-139.

⁴ Jorge SCALA. *Ideologia de gênero*, p. 128.

Com relação à percepção visual, a mulher capta os detalhes; o homem tem uma visão de conjunto. A visão estratégica, a capacidade de síntese, o amor a toda a humanidade – desconsiderando em parte o próximo –, a paixão pela coisa pública são atitudes varonis. Ao contrário, a percepção sensível e amorosa de um dos detalhes, o interesse autêntico pelo próximo e o tornar acolhedores os espaços físicos que ocupa são modos femininos de se relacionar com o ambiente.

Diante de um fato externo - qualquer que seja ele - a mulher reage de forma integrada, isto é, capta-o simultaneamente com sua inteligência, sua vontade e seus afetos. O homem reage primeiramente de forma racional, colocando os sentimentos e a vontade como que entre parênteses. Isso lhe possibilita analisar com frieza fatos comoventes, sem que signifique insensibilidade⁵.

A ÉTICA

Ética é a ciência normativa dos atos humanos à luz da razão natural. Ao contrário de outras ciências humanas como a psicologia ou a sociologia, que estudam como o homem se comporta, a ética estuda como o homem *deve* comportar-se.

Como “o agir segue o ser” (*agere sequitur esse*), o agir do homem deve seguir o seu ser racional. É à luz da razão natural que a Ética descobre as leis que devem reger os atos humanos.

Bioética é a parte da Ética que regula o comportamento humano no que se refere diretamente à vida e à saúde.

Ato humano é o ato praticado pela vontade humana iluminada pela inteligência. Para que um ato seja humano é preciso que o homem entenda seu objeto e o escolha livremente. São atos humanos: andar, comer, trabalhar, sorrir, roubar, matar... Se não houver o concurso da inteligência e da vontade, não há ato humano (*actus humanus*), mas apenas ato do homem (*actus hominis*). São atos “do homem”, mas não “humanos”: o levantamento involuntário da perna quando o joelho sofre uma martelada (ato reflexo), o fechar dos olhos quando sopra um vento com poeira, o batimento do coração, a digestão, a excitação sexual involuntária, a menstruação, o aborto espontâneo... Os atos “do homem” não são bons nem maus. Não têm moralidade e não são imputáveis ao homem. O objeto da Ética é exclusivamente os atos humanos.

Moralidade é a qualidade boa ou má dos atos humanos. Bons são os atos praticados em conformidade com a reta razão. Maus são os atos praticados em desacordo com a reta razão. A moralidade de um determinado ato humano depende de três elementos, denominados *fontes da moralidade*:

1. O objeto da ação (*finis operis*);
2. O fim do agente (*finis operantis*) ou intenção
3. As circunstâncias.

“O ato *moralmente bom* supõe a bondade do objeto, da finalidade e das circunstâncias” (Catecismo da Igreja Católica, n.º 1755). Isso porque, segundo o provérbio latino, *bonum ex integra causa, malum ex quolibet defectu*: o bem provém de uma causa íntegra, o mal provém de qualquer defeito.

Exemplificando: para que alguém goze de saúde, não basta que os pulmões estejam bem, ou que o coração esteja bem, ou que o cérebro esteja bem, ou que os

⁵ Jorge SCALA. *Ideologia de gênero*, p.129.

músculos e ossos estejam bem. A saúde requer que *todos* os elementos do corpo estejam *simultaneamente* bem. Ela exige uma causa integral.

Ao contrário, para que alguém esteja doente, não é preciso que todos os seus órgãos estejam doentes. Basta *um* defeito em *qualquer um deles* para caracterizar uma doença. A doença (que é um mal) provém de qualquer deficiência.

Em suma: se houver maldade em apenas uma das fontes da moralidade – o objeto da ação *ou* a intenção do agente *ou* as circunstâncias – o ato será moralmente mau

Em linguagem algébrica, façamos que o número “1” signifique “bom” e que o número “0” signifique “mau”. Chamemos M_o a moralidade do *objeto da ação*, M_i a moralidade da *intenção* e M_c a moralidade das *circunstâncias*. A moralidade do ato (M) não é a soma da moralidade de suas fontes, mas sim o seu produto. Ou seja, *não se pode escrever*:

$$M = M_o + M_i + M_c$$

Ao contrário, deve-se escrever:

$$M = M_o \cdot M_i \cdot M_c$$

Pelas regras da álgebra, esse produto M só será igual a “1” (ou seja, *bom*), se todos os fatores forem “1” (ou seja, *bons*). Se apenas um dos fatores for igual a “0” (ou seja, *mau*), o produto M será “0” (*mau*).

O *objeto da ação* é a matéria do ato humano. É a coisa que o ato realiza diretamente por si mesmo. Assim, o ato de dar esmola dirige-se, por si só, a auxiliar os necessitados, o que é moralmente bom. Ao contrário, o ato de mentir, que tende a contradizer a verdade, é moralmente mau. Não se está perguntando aqui o que o agente pretende ao dar esmola (saciar a fome alheia ou ser elogiado pelos outros) ou ao mentir (difamar o próximo ou evitar uma discórdia). O fim do agente (*finis operantis*) ou intenção é uma segunda fonte da moralidade. O objeto é o fim da obra (*finis operis*), a primeira fonte da moralidade. Se o objeto da ação for mau, a intenção do agente não poderá justificá-lo. Assim, a mentira, a blasfêmia, o adultério e o homicídio são objetos moralmente maus que não se tornam bons quando o agente os pratica “com boa intenção”

A *intenção* é o elemento formal do ato humano. É o fim a que o agente se propõe (*finis operantis*) quando pratica uma ação. Nem sempre a intenção (fim subjetivo) coincide com o objeto da ação (fim objetivo ou *finis operis*). Alguém pode praticar uma ação em si boa (como ajudar um inimigo) com um fim exclusivamente mau (para humilhá-lo). Pode levar alguém a passear para matá-lo. O fim mau (intenção) vicia qualquer ação, ainda que intrinsecamente boa.

“Uma intenção boa (por exemplo, ajudar o próximo) não torna bom nem justo um comportamento desordenado em si mesmo (como a mentira e a maledicência). O fim não justifica os meios. Assim, não se pode justificar a condenação de um inocente como meio legítimo para salvar o povo. Por sua vez, acrescentada uma intenção má (como, por exemplo, a vanglória), o ato em si bom (como a esmola) torna-se mau” (Catecismo da Igreja Católica, n.º 1753).

“Nunca é lícito, nem sequer por razões gravíssimas, fazer o mal para que daí provenha o bem” (Paulo VI, Encíclica *Humanae Vitae*, n.º 14). Esse ensinamento já encontramos em São Paulo:

“Por que – como aliás alguns afirmam caluniosamente que nós ensinamos – não haveríamos nós de fazer o mal para que venha o bem? Desses tais a condenação é justa” (Rm 3,8).

O mesmo diz Santo Tomás de Aquino:

“De fato, é freqüente que alguém aja com reta intenção, mas inutilmente, porque lhe falta a boa vontade: como no caso de alguém que roubasse para alimentar um pobre, a intenção é certamente boa, mas falta a devida retidão da vontade. Conseqüentemente nenhum mal, mesmo realizado com boa intenção, pode ser desculpado: ‘Como aqueles que dizem: Façamos o mal, para vir o bem. Desses é justa a condenação’ (Rm 3,8)” (*In duo praecepta caritatis et in decem legis praecepta. De dilectione Dei Opuscula theologica*, II, n. 1168, Ed. Taurinens. (1954), 250. Citado por João Paulo II em *Veritatis Splendor*, n. 78).

Para ilustrar o efeito que a intenção tem sobre ações moralmente boas, vale a pena transcrever a estória dos três operários:

Em certa cidade distante daqui estava sendo construída uma bela catedral, feita todinha de pedras. Centenas de operários moviam-se por todos os lados. Acontece que, um dia, passou por aquela cidade um ilustre visitante, e as autoridades locais convidaram-no para ver a obra.

O ilustre visitante observou como aqueles trabalhadores passavam, um após outro, carregando pesadas pedras. E resolveu entrevistar três deles. A pergunta foi a mesma para os três, mas as respostas foram diferentes uma da outra. Ei-las:

— Moço, que você está fazendo?

— Carregando pedras.

E perguntou ao segundo:

— Amigo, que é que você faz?

— Defendo meu pão de cada dia.

Finalmente, perguntou ao terceiro:

— E você, que é que você está fazendo?

— Estou construindo uma catedral, onde muitos louvarão a Deus, e onde meus filhos aprenderão o caminho do céu⁶.

O que há de idêntico nos atos dos três operários? E o que há de diferente?

Idêntico é o *objeto da ação*: construir a catedral. O que é diferente é a *intenção* com que tal ação é feita. O terceiro operário manifestou uma intenção mais nobre a dos dois primeiros. Por isso seu ato tem um valor e um mérito maiores.

Assim, a intenção “não se limita à direção de nossas ações singulares, mas pode orientar para um mesmo objetivo ações múltiplas; pode orientar toda a vida para o fim último. Por exemplo, um serviço prestado tem por fim ajudar o próximo, mas pode ser também inspirado pelo amor a Deus, fim último de todas as nossas ações” (Catecismo da Igreja Católica, n.º 1752)

Circunstância é tudo aquilo que está “ao redor” (*circum stare*) do ato humano. As circunstâncias não pertencem à substância do ato humano, mas, de algum modo, o atingem. São chamadas de *acidentes* do ato. Podem-se enumerar como circunstâncias⁷:

1. *Quis* (quem): qualidade ou espécie da pessoa agente;
2. *Quid* (o que): qualidade ou quantidade de um objeto;
3. *Ubi* (onde): lugar;
4. *Quibus auxiliis* (com o auxílio de quê): instrumentos usados no ato;
5. *Quomodo* (de que modo): o modo da ação;
6. *Quando* (quando): tempo.

⁶ CECHINATO, Luiz. *A missa parte por parte*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 9.

⁷ Cf. Ricardo SADA; Alfonso MONROY. *Curso de Teologia Moral*. 2. ed. Lisboa: Rei dos Livros, 1989, p. 35-36.

“As *circunstâncias*, incluídas as consequências, são os elementos secundários de um ato moral. Contribuem para agravar ou diminuir a bondade ou maldade moral dos atos humanos (por exemplo, o montante de um furto). Podem também atenuar ou aumentar a responsabilidade do agente (agir, por exemplo, por temor da morte). As circunstâncias não podem por si modificar a qualidade moral dos próprios atos, não podem tornar boa ou justa uma ação má em si” (Catecismo da Igreja Católica, n.º 1754).

“É errado, pois, julgar a moralidade dos atos humanos considerando só a intenção que os inspira ou as circunstâncias (meio ambiente, pressão social, constrangimento ou necessidade de agir etc.) que compõem o quadro. Existem atos que por si mesmos e em si mesmos, independentemente das circunstâncias e intenções, são sempre gravemente ilícitos, em virtude de seu objeto: a blasfêmia e o perjúrio, o homicídio e o adultério” (Catecismo da Igreja Católica, n.º 1756).

Atos intrinsecamente maus

“A razão atesta que há objetos do ato humano que se configuram como ‘não-ordenáveis’ a Deus, porque contradizem radicalmente o bem da pessoa, feita à Sua imagem. São os atos que, na tradição moral da Igreja, foram denominados ‘intrinsecamente maus’ (*intrinsece malum*): são-no sempre e por si mesmos, ou seja, pelo próprio objeto, independentemente das posteriores intenções de quem age e das circunstâncias. Por isso, sem querer minimamente negar o influxo que têm as circunstâncias e sobretudo as intenções sobre a moralidade, a Igreja ensina que ‘existem atos que, por si e em si mesmos, independentemente das circunstâncias, são sempre gravemente ilícitos, por motivo do seu objeto’” (João Paulo II, Encíclica *Veritatis Splendor*, n.º 80)

[..]

“Sobre os atos intrinsecamente maus, e referindo-se às práticas contraceptivas pelas quais o ato conjugal se torna intencionalmente infecundo, Paulo VI ensina: ‘Na verdade, se, por vezes, é lícito tolerar um mal menor com o fim de evitar um mal mais grave ou de promover um bem maior, não é lícito, nem mesmo por gravíssimas razões, praticar o mal para se conseguir o bem (cf. Rm 3, 8), ou seja, fazer objeto de um ato positivo de vontade o que é intrinsecamente desordenado e, portanto, indigno da pessoa humana, mesmo com o intuito de salvaguardar ou promover bens individuais, familiares ou sociais’ (Paulo VI, Encíclica *Humanae Vitae*, n.º 14)” (João Paulo II, Encíclica *Veritatis Splendor*, n.º 80).

[...]

“Se os atos são intrinsecamente maus, uma intenção boa ou circunstâncias particulares podem atenuar a sua malícia, mas não suprimi-la: são atos ‘irremediavelmente’ maus, que por si e em si mesmos não são ordenáveis a Deus e ao bem da pessoa: ‘Quanto aos atos que, por si mesmos, são pecados (*cum iam opera ipsa peccata sunt*) — escreve S. Agostinho — como o furto, a fornicação, a blasfêmia ou outros atos semelhantes, quem ousaria afirmar que, realizando-os por boas razões (*causis bonis*), já não seriam pecados ou, conclusão ainda mais absurda, que seriam pecados justificados?’ (*Contra mendacium*, VII, 18: PL 40,528)” (João Paulo II, Encíclica *Veritatis Splendor*, n.º 81)

O “furto” em caso de extrema necessidade

É interessante como Santo Tomás de Aquino (1225-1274) justifica o impropriamente chamado *furto famélico*. Ele concorda, seguindo Aristóteles, que há certas coisas cujo próprio nome já manifesta a malícia, entre as quais o furto. E

acrescenta que aquilo que é mau em si mesmo não pode tornar-se bom por causa de um fim bom. Assim, um furto (sem deixar de ser furto) não pode ser justificado pela boa intenção com que é praticado.

No entanto, o direito à propriedade não é absoluto. Assim, “os bens que alguns possuem em superabundância são devidos, em virtude do direito natural, ao sustento dos pobres”.⁸ Portanto, normalmente compete à iniciativa de cada um dispensar os bens próprios para socorrer os necessitados.

“Contudo, se a necessidade é de tal modo evidente e urgente, que seja manifesto que se deva obviar à instante necessidade com os bens ao nosso alcance, quando por exemplo é iminente o perigo para a pessoa e não se pode salvá-la de outro modo, então alguém pode licitamente satisfazer à própria necessidade utilizando o bem de outrem, dele se apoderando manifesta ou ocultamente. *E esse ato, em sua própria natureza, não é furto ou rapina*”.⁹ (destacou-se)

O furto fica descaracterizado, porque “*in necessitate, sunt omnia communia*” (em estado de necessidade, todas as coisas tornam-se comuns)¹⁰. A propriedade então dá lugar à comunidade. Não existindo mais fronteira entre o próprio e o alheio, entre o “meu” e o “teu”, não há que se falar em furto:

“Servir-se alguém do bem alheio, tomando-o ocultamente em caso de extrema necessidade, não vem a ser um furto, falando propriamente; pois a extrema necessidade tornou seu aquilo de que ele se apoderou para sustento de sua própria vida” (resposta à 2ª objeção).

O consequencialismo e o proporcionalismo

A encíclica *Veritatis splendor* condenou duas teorias morais: o consequencialismo e o proporcionalismo.

Para o *consequencialismo*, não importa o objeto da ação. O que determina que um ato é bom são suas consequências. Se as consequências são boas, o ato é bom. Se as consequências são más, o ato é mau.

Para o *proporcionalismo*, também não importa o objeto da ação. Mas, para que o ato seja bom, não basta que as consequências sejam boas. É preciso que as consequências sejam mais boas que más.

“*Deve-se, portanto, rejeitar a tese, própria das teorias teleológicas e proporcionalistas, de que seria impossível qualificar como moralmente má segundo a sua espécie – o seu ‘objeto’ –, a escolha deliberada de alguns comportamentos ou atos determinados, prescindindo da intenção com que a escolha é feita ou da totalidade das consequências previsíveis daquele ato para todas as pessoas interessadas*” (João Paulo II, *Veritatis splendor*, n. 79).

A lei natural e a consciência moral

“No fundo da própria consciência – escreve o Concílio Vaticano II – o homem descobre uma lei que não se impôs a si mesmo, mas à qual deve obedecer; essa voz, que sempre o está chamando ao amor ao bem e à fuga do mal, soa no momento oportuno, na intimidade do seu coração: faze isto, evita aquilo. O homem tem no coração uma lei escrita pelo próprio Deus: a sua dignidade está em obedecer-lhe, e por ela é que será

⁸ S. TOMÁS DE AQUINO. Suma Teológica, II^a-II^{ae}, questão 66, artigo 7.

⁹ Loc. cit.

¹⁰ Loc. cit.

julgado (cf. Rm 2,14-16)” (Conc. Vat. II, *Gaudium et Spes*, n. 16, citado por João Paulo II, *Veritatis splendor*, n. 54).

A lei divina é a *norma universal e objetiva* da moralidade.
A consciência é a *norma próxima* da moralidade pessoal.

“O juízo da consciência é um *juízo prático*, ou seja, um juízo que dita aquilo que o homem deve fazer ou evitar, ou então avalia um ato já realizado por ele. É um juízo que aplica a uma situação concreta a convicção racional de que se deve amar e fazer o bem e evitar o mal. Este primeiro princípio da razão prática pertence à lei natural, mais, constitui o seu próprio fundamento, enquanto exprime aquela luz originária sobre o bem e o mal, reflexo da sabedoria criadora de Deus, que, como uma centelha indelével (*scintilla animae*), brilha no coração de cada homem. Mas, enquanto a lei natural põe em evidência as exigências objetivas e universais do bem moral, a consciência é a aplicação da lei ao caso particular, a qual se torna assim para o homem, um ditame interior, uma chamada a realizar o bem na realidade concreta da situação” (João Paulo II, *Veritatis splendor*, n. 59).

O juízo da consciência não estabelece a lei

“O juízo da consciência não estabelece a lei, mas atesta a autoridade da lei natural e da razão prática face ao bem supremo, ao qual a pessoa humana se sente atraída e cujos mandamentos acolhe: ‘A consciência não é uma fonte autônoma e exclusiva para decidir o que é bom e o que é mau; pelo contrário, nela está inscrito profundamente um princípio de obediência relacionado com a norma objetiva, que fundamenta e condiciona a conformidade das suas decisões com os mandamentos e proibições que estão na base do comportamento humano’” (João Paulo II, *Veritatis splendor*, n. 60).

Logo, o leigo que vem perguntar a um sacerdote sobre a moralidade de um ato (por exemplo, esterilizar-se, tomar pílulas anticoncepcionais) não pode receber a resposta “siga a sua consciência”. Pois é justamente porque sua consciência está duvidosa que o leigo veio procurar ajuda.

O juízo da consciência pode falhar

A consciência não é um juiz infalível: pode errar. “O mal cometido por causa de uma ignorância invencível ou de um erro de juízo não culpável não pode ser imputado à pessoa que o realiza; mas, também neste caso, aquele não deixa de ser um mal, uma desordem face à verdade do bem. Além disso, o bem não reconhecido não contribui para o crescimento moral da pessoa que o cumpre: não a aperfeiçoa nem serve para encaminhá-la ao supremo bem” (João Paulo II, *Veritatis splendor*, n. 63).

“Verdade é que a minha consciência de nada me acusa, mas nem por isso estou justificado; meu juiz é o Senhor” (1Cor 4,4).

A necessidade de formação da consciência

Por isso, é necessário “*formar* a consciência, fazendo-a objeto de contínua conversão à verdade e ao bem. Análoga é a exortação do Apóstolo a não se conformar com a mentalidade deste mundo, mas a transformar-se pela renovação da própria mente (cf. Rm 12,2)” (João Paulo II, *Veritatis splendor*, n. 64).

LEITURA

TRATADO SOBRE AS BOAS E MÁS INTENÇÕES.

Existem dois provérbios muito famosos que se difundiram por diferentes culturas, mas cujo significado é sempre o mesmo. Em alguns países se diz: "A Estrada do Inferno é pavimentada por boas intenções" e em outros, simplesmente: "De boas intenções o Inferno está cheio".

Naturalmente que existem aqueles que afirmam: "Quem somos nós para julgar as intenções do coração!!". E não deixam de ter razão! O problema é que tal expressão geralmente é muito usada para justificar o erro, quando não para explicitamente apoiá-lo. De fato, só Deus pode fazer um julgamento sobre nossos atos e intenções subjetivos. Portanto o mais apropriado seria dizermos: "Não sei com que intenção tal pessoa fez ou disse isso", pois ao dizermos que ela agiu bem intencionada estamos também emitindo um julgamento que muito bem pode ser um julgamento errôneo ou injusto. Mas voltando ao provérbio em questão, só para termos uma idéia de como ele é verdadeiro, tomaremos por objeto de análise os 10 Mandamentos da Lei de Deus e veremos como em nome "das boas intenções" esses Mandamentos têm sido continuamente transgredidos e escarneados.

1. No primeiro Mandamento da Lei, Deus ordena categoricamente que devemos amá-lo sobre todas as coisas e que não devemos ter outros deuses em sua presença. Ora, mas se lá na Epístola de São João está escrito que Deus é Amor e São Paulo em uma das suas cartas, diz-nos que o amor não é egoísta, então rapidamente nossa mente e coração, que pelo pecado se tornaram facilmente inclinados para o mal, começam logo a construir uma outra imagem de Deus bem diferente do Deus do Decálogo. Imaginamos então que não é bem assim: “Deus não pode ser tão rigoroso, claro que o homem é livre para ter o deus que quiser e Deus respeita essas escolhas porque o homem tem uma capacidade de amar muito ampla e manifesta o seu amor de diversas maneiras. Aí já começamos a dizer que os ídolos dos pagãos são apenas uma outra manifestação cultural, mas que no fundo representam o mesmo Deus que adoramos. Daí começamos a dizer que todas as religiões têm o mesmo valor... e assim começamos a pavimentar a estrada do Inferno.

2. No segundo Mandamento, Deus ordena-nos que respeitemos com suma reverência o Seu Santíssimo Nome, bem como a dignidade do seu Ser e sua ação no mundo. E hoje, ao vermos o nome de Deus ser vilipendiado em peças teatrais sacrílegas, em filmes e novelas blasfemas, quantos de nós não apenas nos permitimos assistir a tais obras como também elogiá-las? Se alguém protesta, há quem diga que este não passa de um radical que quer violar a liberdade de expressão. Há sempre quem diz que a intenção do autor foi a melhor possível, tentam justificar tais iniciativas alegando motivos de arte, cultura, história. E os próprios autores dessas obras sacrílegas ainda têm o cinismo de vir a público declarar que não tinham a menor intenção de ofender a fé ou religião de ninguém... e assim se vai pavimentando a estrada do Inferno.

3. No terceiro Mandamento, Deus nos ordena a guardar os Domingos e Festas Santas, dedicando esses dias ao seu culto e louvor. A Igreja, em sua sabedoria milenar e

divina, ordena que a melhor forma de cumprir esse preceito é participando do Santo Sacrifício da Missa aos Domingos e Dias Santos. Mas nem precisamos fazer aqui uma lista das desculpas mais comuns usadas por aqueles que, abusando de sua liberdade de cristãos, sempre arranjam um modo de burlar esse Mandamento. A verdade é que o Domingo para a maioria dos cristãos se transformou em Dia da Praia, Dia da Pelada, Dia do Cinema, Dia do Namoro, Dia do Clube... enfim dia de tudo e de todos, menos o Dia do Senhor... a intenção? Apenas se divertir, afinal ninguém é de ferro! E assim mais um trecho da estrada do Inferno vai sendo pavimentado!

4. O quarto Mandamento prescreve a obediência e o respeito por nossos pais. Entre tantos exemplos de como esse preceito vem sendo transgredido em "nome das boas intenções", citaremos apenas o exemplo dos filhos que durante a velhice de seus pais, os isolam em casas de repouso, asilos ou outras "facilidades", alegando que ali eles terão "maior liberdade", "mais privacidade" e pessoas especializadas para dedicar-lhes cuidados apropriados. Na sociedade materialista e consumista em que vivemos, a maioria das pessoas concorda que tal atitude é sempre movida pelas "boas intenções" e não pelo egoísmo e pelo comodismo. Para agravar ainda mais essa situação, agora há também aqueles que advogam em favor do direito à morte com dignidade pela "eutanásia". Isso para não falar nos famosos "Mercy Killers", ou seja, aqueles que matam os próprios pais doentes, "por amor", "para não vê-los sofrer de uma doença degenerativa"... e é assim que mais uma avenida é pavimentada para o Inferno.

5. O quinto Mandamento é muito claro ao ordenar "Não matar". Mas o que dizemos então das desculpas mais estapafúrdias que se usam para justificar a morte de um bebê ainda no útero materno pelo aborto? Imagine que existem até grupos que se autodenominam "Católicos", advogando o direito que cada mulher tem de decidir se cumpre ou não esse Mandamento!! Pasmem!!! Na Conferência do Cairo sobre População uma das maiores discussões foi exatamente no sentido de fazer constar na Carta dos Direitos Humanos, o "Direito ao Aborto" como sendo um dos direitos humanos!!! Deus não faz concessões ao prescrever o quinto Mandamento, mas os homens "bem-intencionados" encontraram incontáveis justificativas para ab-rogar a Sua Lei. Mata-se por misericórdia, mata-se para evitar o sofrimento, mata-se até por amor!!! Imagine se no Inferno haverá lugar para os assassinos que mataram por motivos passionais!!! Para os advogados das "boas-intenções", esses com certeza devem estar gozando da Luz do Paraíso, afinal mataram por amor e não por ódio!!

6. O sexto Mandamento nos ordena não pecar contra a castidade, mas de uns tempos para cá sexo virou sinônimo de amor. E aqui não estamos falando do ato sexual lícito dos esposos, mas sim de toda a sorte de depravação sexual. Tudo é justificado em "nome do amor": homossexualismo, fornicação, pedofilia... e muitas outras aberrações. Com todas essas "boas intenções", o Inferno vai-se povoando a uma velocidade incrível, pois segundo o que Nossa Senhora revelou aos pastorezinhos de Fátima ao mostrar-lhes o Inferno, um dos pecados que mais tem levado pessoas para o Fogo Eterno, é justamente o pecado contra a Castidade.

7. No sétimo Mandamento, Deus nos proíbe prejudicar o próximo nos seus haveres e assim prescreve o Mandamento: "não roubar". Por incrível que pareça, esse é um dos mandamentos que mais encontra justificativas para a transgressão com base nas "boas intenções". Rouba-se porque está com fome, rouba-se porque o vizinho possui mais bens do que o outro, o que sem dúvida é uma injustiça!! Rouba-se por causa do desemprego... enfim, motivos é o que não falta. Se fôssemos fazer um levantamento em todas as penitenciárias do mundo, veríamos que todos os ladrões possuem excelentes justificativas para seus delitos e facilmente chegaríamos à conclusão de que todos

agiram com as melhores intenções, pois não tinham como objetivo prejudicar o próximo, mas sim saciar uma necessidade pessoal e urgente.

8. No oitavo Mandamento, Deus nos proíbe diretamente dar testemunho falso contra alguém e por extensão proíbe-nos qualquer lesão à fama do próximo por detração ou calúnia. Quantas vezes ouvimos pessoas dizerem que não agiram por mal depois de terem praticamente destruído a reputação do próximo. Os meios de comunicação são mestres nessa arte! Os jornalistas alegam que estão apenas cumprindo seu "dever profissional", que não havia a intenção pessoal de prejudicar esse ou aquele indivíduo, mas apenas de se conseguir "um furo de reportagem", ser bem sucedido profissionalmente... Mas será que tem que ser sempre à custa da reputação alheia? Pois é exatamente assim que se pavimenta um longo trecho da estrada para o Inferno... com esse tipo de boa intenção!!

9. No nono Mandamento, Deus proíbe explicitamente o adultério e Jesus é mais rigoroso ainda quando diz que se um homem abandona sua mulher e se casa com uma outra, comete adultério e se a mulher que foi abandonada pelo adúltero se casar com outro, igualmente se torna adúltera. Infelizmente parece que esse mandamento foi apagado das mentes cristãs depois que a maioria dos países legalizou o divórcio. Hoje o motivo mais comum para o adultério é justamente "o amor". Um homem abandona sua esposa e vice-versa, não porque tinha a "intenção" deliberada de prejudicar sua família, mas simplesmente porque se "apaixonou" por uma outra pessoa!!! Como podemos ver, rompe-se com o compromisso matrimonial, destrutura-se a unidade familiar e a sociedade, abandonam-se os filhos e causam-se imensos sofrimentos ao cônjuge com a melhor das boas intenções... tudo por amor!!!

10. Finalmente chegamos ao décimo Mandamento, onde Deus expressamente nos proíbe cobiçar as coisas alheias, incluindo a explícita ou implícita intenção de adquiri-los por meios ilícitos. Novamente aqui encontramos as mesmas justificativas usadas para o roubo... tudo com a melhor das intenções!! Como dizer que o ladrão, um indivíduo que sequer nos conhece pessoalmente, pode nutrir algum ódio no coração contra nós? Como dizer que ele nos roubou de propósito, apenas por sentimentos de vingança? E quando se trata de latrocínio, como dizer que ele tinha a intenção premeditada de matar a vítima se sequer a conhecia?

Certamente se fôssemos usar o critério das "boas intenções" em todos os julgamentos, não existiriam presídios na face da terra e nem tampouco o Inferno existiria, como ousam supor os infernovacantistas! Infelizmente, ainda que esses tenham apenas a "boa intenção" de exaltar a Misericórdia Divina, a Justiça Divina também é infalível e possui o mesmo peso da Sua Misericórdia. Eis porque o Inferno existe e de boas intenções, certamente está superlotado.

(Una Vox – Torino)